
PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DE MONTES OCIDENTAIS E BEIRA ALTA

PRGP - MOBA

**Relatório de Ponderação dos Contributos da 2.ª Consulta
Institucional (Artigo 48.º do RJIGT)**

Proposta de Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem

outubro de 2023

Promovido por :

Realizado por:



Esta página foi deixada propositadamente em branco

Ficha Técnica do Documento

Título:	Relatório de Ponderação dos contributos da 2. ^a consulta Institucional (Artigo 48.º do RJIGT) ao Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem de Montes Ocidentais e Beira Alta (PRGP - MOBA) – Proposta de Programa
Descrição:	Este relatório apresenta os contributos recolhidos dos pareceres emitidos pelas entidades e se os mesmos foram (ou não) incorporados no programa.
Data de produção:	26 de setembro de 2023
Data da última atualização:	3 de outubro de 2023
Desenvolvimento e produção:	GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda.
Direção Geral do Território:	<u>Coordenação Institucional</u> Fernanda do Carmo Ana Seixas <u>Acompanhamento</u> Fátima Bacharel Marta Rodrigues
UTAD / GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda.:	<u>Coordenação:</u> Ricardo Almendra Mestre <u>Equipa Técnica:</u> Alberto Manuel Botelho de Miranda Licenciado. Andreia Mota Mestre. Ângela Leite Mestre. Beatriz Konstantinovas Mestre. Célia Mendes Mestre. Domingos Manuel Mendes Lopes Doutor. Emanuel Renato Sousa de Oliveira Doutor Helena Corrêa Mestre. José Manuel Martinho Lourenço Doutor Leilson Ferreira Doutor Liliana Daniela Cerqueira de Sousa Mestre. Lina Sofia Matos Lourenço Gomes Doutor. Manuel José Teixeira Martins Licenciado. Maria Elisa Machado Bairrinho Licenciada. Paula Pereira Mestre. Rui Manuel Vítor Cortes Doutor. Tânia Cristina do Cima Gonçalves Doutor. Teresa Costa Mestre. Tiago Samuel Borba Roriz Ramires Mestre.
Código de documento:	356
Estado do documento:	Para avaliação (de qualidade e de cumprimento dos requisitos) da DGT.
Código do Projeto:	072011202
Nome do ficheiro digital:	PRGP_MOBA_2aRPCI_V02

Esta página foi deixada propositadamente em branco

ÍNDICE

Índice.....	5
Índice de Quadros.....	6
1 Introdução.....	7
2 Análise dos Contributos.....	8

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Análise aos contributos remetidos pelas entidades ao abrigo do disposto no artigo 48.º do RJIGT ao PRGP-MOBA	8
--	---

1 INTRODUÇÃO

O documento que aqui se apresenta visa proceder à análise dos pareceres das Entidades ao abrigo do disposto no artigo 48.º do RJIGT, ao Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem de Montes Ocidentais e Beira Alta (PRGP-MOBA), identificando:

- Consideração ou não do contributo.

2 ANÁLISE DOS CONTRIBUTOS

No Quadro 1 apresenta-se os contributos remetidos pelas entidades ao abrigo do disposto no artigo 48.º do RJIGT, ao Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem de Montes Ocidentais e Beira Alta.

Quadro 1: Análise aos contributos remetidos pelas entidades ao abrigo do disposto no artigo 48.º do RJIGT ao PRGP-MOBA

ID Questão	Entidade	Questão levantada pela entidade	Resultado da análise da DGT e alterações a efetuar	Resultado da concertação
1	CM de Coimbra	Definir, de modo mais concreto, a forma como será operacionalizada a transformação da paisagem, nomeadamente, as ações que visam a compartimentação do uso com reconversões de sistemas florestais de produção para sistemas florestais de conservação/proteção.	A transformação da paisagem será operacionalizada em parte significativa através da intervenção dos privados pelo que o mecanismo para a despoletar está relacionado com apoios públicos majorados, isto é apoios que possam surgir. Assim, é por essa via que se prevê que seja realizada uma parte significativa das ações, pelo que a orientação dada na proposta de programa é a melhor disponível.	-
2		Dar prioridade à reconversão de sistemas florestais de produção para sistemas florestais de conservação, uma vez que é das propostas que mais contribui para aumentar a resiliência dos territórios aos incêndios rurais;	Concordamos com a leitura efetuada e é precisamente por esse motivo que a proposta do PRGP-MOBA aponta para transformação em sistemas de conservação/proteção cerca de 2.739,17 hectares a curto prazo. Desses aproximadamente 2.700 hectares decorrem da transformação de sistemas florestais de proteção para sistemas florestais de conservação/proteção.	-
3		Definir o papel dos particulares e do Estado na execução das ações preconizadas no Programa;	O papel do Estado e dos particulares encontra-se legalmente definido pela natureza do programa e da legislação.	-
4		Definir o horizonte temporal correspondente a cada um dos períodos estabelecidos para a implementação do Programa (curto, médio e longo prazo);	A definição idealizada para cada um dos períodos estabelecidos para a implementação dos Programa foi adicionada ao relatório da proposta: Curto prazo: 3/4 anos; Médio prazo: 4/8 anos; Longo prazo: acima dos 8 anos.	Considerado.
5		Identificar instrumentos financeiros, que se adaptem à realidade do território abrangido pelo PRGP-MOBA, composto por uma população envelhecida e por uma estrutura fundiária em que predomina a pequena propriedade privada.	Os instrumentos financeiros passíveis de mobilização são identificados no ponto 5.4.1.2, sendo os existentes à data, não decorrendo de opções da proposta do Programa. Quanto à sua adequação à realidade do território julgamos que terão isso em consideração. Destaca-se que sendo os PRGP uma medida programática com um período temporal de longo prazo existe a possibilidade de ajustamentos e progressos ao nível dos meios e instrumentos aplicáveis.	-
6	CM de Góis	Alteração da designação (quadro nº 35) do Relatório do Programa da 3274 ZCT – Cadafaz para a Processo nº 7768; Tipo de Zona de Caça – ZCM; Designação - ZCM de Góis;	O contributo foi acolhido.	Considerado.
7	CM da Lousã	2.2.1.1.3 – Nível Regional e Municipal: Na página 39 considera-se oportuno fazer referência ao projeto Condomínio de Aldeia em curso, “Valorização da Interface Rural-Urbana do Aglomerado Populacional do Candal”, promovido pelo Conselho Diretivo dos Baldios do Candal, Cerdeira e Catarredor.	O contributo foi acolhido.	Considerado.
8		5.1.3.2 Cartografia da Paisagem Desejável: Na página 129 na Unidade de paisagem das Serras da Lousã deverá incluir-se “salvaguardar as zonas de particular interesse em termos de biodiversidade e de paisagens notáveis que integram a Serra da Lousã, de que são exemplo os povoamentos adultos mistos de Castanheiros e Carvalho Americano, de Castanheiro e Carvalho Alvarinho, de Pinheiro Larício e Pinheiro Silvestre e de Abeto de Douglas e Cipreste de Lawson.	O contributo foi acolhido.	Considerado.
9		5.1.4.1.2 Testes a uma paisagem mais resiliente: Na página 165 a comparação dos resultados dos testes de resiliência da paisagem ao fogo, obtidos entre o perigo de incêndio do cenário atual (Figura 31), com o perigo de incêndio do cenário do desenho transformador da paisagem (Figura 32), indicia para a Serra da Lousã, em geral, e para a área da AIGP Serra da Lousã, em particular, a manutenção de classes de perigo Muito Elevado a Máximo. Nos capítulos seguintes,	De referir que metodologia considerada no teste à resiliência da paisagem assume as áreas com declive acentuado com uma ponderação elevada, independentemente da transformação preconizada. Assim, estes locais, apesar de haver transformação de paisagem serão sempre locais com maior propensão de risco de incêndio rural. Referir que a proposta de desenho de transformação da paisagem foi	-

ID Questão	Entidade	Questão levantada pela entidade	Resultado da análise da DGT e alterações a efetuar	Resultado da concertação
		não conseguimos identificar qualquer proposta de desenho da paisagem para esta área geográfica com o objetivo de diminuir as classes de perigo de incêndio rural;	trabalhada no sentido de incluir os contributos do ICNF resultantes da sessão de trabalho de julho, pelo que ocorreram modificações positivas na resiliência da paisagem.	
10		5.1.6.1 Ações Prioritárias: As áreas prioritárias de intervenção por área temática apresentadas no quadro 21, não são acompanhadas por uma estratificação de prioridades, assim como a respetiva cartografia. Considera-se fundamental a identificação e a priorização dos aglomerados populacionais que devem integrar os projetos de condomínio de aldeia;	Foi acrescentada a legenda ao quadro 22 que permite a avaliação da priorização aí estabelecida. Foram incluídos os aglomerados populacionais que devem integrar os projetos de condomínio de aldeia com a devida priorização. As áreas prioritárias do PRGP MOBA encontram-se espacializadas no Mapa 59, na planta de áreas prioritárias e identificadas no quadro 53.	-
11		5.4.1 Transformação: A matriz de transformação deverá incluir, e estar em consonância, e no que se refere às redes de defesa, com as definidas no âmbito da elaboração do Plano de ação Subregional da Região de Coimbra (PSA) do SGIFR, nomeadamente a Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível e as áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustível.	As redes apresentadas nas macroestruturas da paisagem decorrem da última versão de rede primária e áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível, cedidos pelo ICNF e da informação dos PMDFCI atualmente em vigor. Percebemos e reforçamos a importância que as redes de defesa da floresta contra incêndios têm, no que concerne a uma dos objetivos centrais do PRGP, que é o de criar paisagens mais resilientes aos incêndios florestais. Acresce a isto que a equipa do PRGP lança também a ideia de que o <i>design</i> da paisagem é relevante e sempre que possível estas estruturas devem ponderar ter menor impacto visual sobre a paisagem, procurando formas mais orgânicas e não tão lineares e artificiais.	-
12		5.4.1 Transformação: As propostas de Transformação a curto, médio e longo prazo, identificadas para a Unidade de Gestão das Serras da Lousã, não preconizam ações e práticas silvícolas a desenvolver com vista a minimizar o impacto das áreas ocupadas por invasoras lenhosas, na viabilidade e sustentabilidade económica das explorações, assim como na mitigação do risco de incêndio.	Dividiríamos este comentário em dois aspetos: o primeiro referente às práticas silvícolas em geral. Está subjacente ao PRGP que a gestão do território é crucial. Se se tivesse de definir uma das prioridades que o PRGP lançaria aos gestores com responsabilidade na gestão de todos este território, a gestão seria uma delas. Os proprietários devem ser estimulados a ter uma gestão proativa. Só essa abordagem pode ajudar a criar uma dinâmica económica desejável, a potencial a relevância ambiental do território e a diminuir riscos de incêndio florestal. Essa mensagem é clara em todo o PRGP. O segundo ponto prende-se especificamente com as invasoras. Também é claro no PRGP que se apontam as invasoras como um dos principais desafios da área do PRGP. Elas são vistas como problema, mas dada a dimensão da área ocupada por elas (é aliás demonstrado que os valores oficiais da área de ocupação estão muito subestimados), podem e devem ser ponderadas abordagens de gestão e de alguma valorização. O objetivo maior seria o das erradicar progressivamente (existem aliás unidades de paisagem onde esse é um objetivo claramente identificado, mas não para toda a área do PRGP por nos parecer impossível de concretizar). Não sendo possível terá de se utilizar a área de invasoras como um recurso a gerir, minimizando aspetos negativos e maximizando aspetos mais positivos. Por exemplo, no capítulo da valorização económica são apresentados valores da comercialização de material de acácia, que pode pressupor alguma gestão, com retorno económico visível e possibilidade de gerar recursos que permitam uma mais eficaz gestão e controle de expansão.	-
13	CM de Penela	Na página 132 do Relatório, são identificados os PMDFCI em vigor nos municípios da área de intervenção do PRGPMOBA, devendo ser identificado também o PMDFCI de Município de Penela, aprovado pelo regulamento n.º 484/2020, de 21 de maio (Declaração de retificação n 431/2020, de 5 de junho);	O contributo foi acolhido.	Considerado.
14		Na página 281 do relatório, a informação que consta do quadro 36 deve ser revista. Na freguesia do Espinhal, concelho de Penela, existem 10 aerogeradores (Parque eólico de Malhadizes);	O contributo foi acolhido.	Considerado
15		Na página 283 do relatório e seguintes do relatório, é abordado o tema da transformação da paisagem a curto, médio e longo prazo, sem que se faça referência ao horizonte temporal previsto para cada um dos períodos estabelecidos;	A definição idealizada de cada um dos períodos estabelecidos para a implementação dos Programa foi adicionada ao relatório da proposta: Curto prazo: 3/4 anos; Médio prazo: 4/8 anos; Longo prazo: acima dos 8 anos.	Considerado.

ID Questão	Entidade	Questão levantada pela entidade	Resultado da análise da DGT e alterações a efetuar	Resultado da concertação
16	DRAP Centro	Contudo deve reforçar-se a valorização da agricultura sustentável, de outro modo de produção biológica e de conservação, e incentivar a produção de produtos agrícolas locais e de agricultura familiar.	Procedeu-se à inclusão de um reforço no texto do relatório da proposta e no sumário executivo.	Considerado.
17		a) No documento “Sumário Executivo”, no capítulo “Desenho da Paisagem”, subcapítulo “Macrossistemas da Paisagem”, no ponto “2.2.4 Pastagens”, apenas é referida a importância deste macrossistema para as espécies selvagens, contudo, entendemos que deverá ser dado maior ênfase à importância deste sistema para a dinamização das atividades agropecuárias na região em causa, conforme é referido para os sistemas SAF;	Foi incluído um texto que sumaria a importância das pastagens na dinamização das atividades agropecuárias na região.	Considerado.
18		b) No documento “Relatório do Programa”, no capítulo “Temas Essenciais”, subcapítulo “Serviço dos Ecossistemas”, no ponto “5.2.1.1 e seguintes, as categorias dos serviços dos ecossistemas identificados no quadro 33, não reflete a importância da agricultura na capacidade de produção de alimentos, não indo de encontro do mencionado no documento, por exemplo, no ponto 5.1.4.5.2 do documento;	O quadro foi atualizado para refletir a importância da agricultura na capacidade de produção de alimentos.	Considerado.
19		c) Tal situação, resulta em que no gráfico de análise comparativa entre o potencial dos serviços de ecossistema entre a paisagem atual e desenhada para o PRGP-MOBA, apenas exista comparação entre serviços de ecossistema relativo a fornecimento de alimento silvestres ou caça e silvopastorícia, não existindo parâmetros de avaliação relativamente à produção ou fornecimento de alimento por produção agrícola;	O gráfico foi atualizado para refletir a importância da agricultura na capacidade de produção de alimentos.	Considerado.
20		d) No documento “Relatório do Programa”, no capítulo “Temas Essenciais”, subcapítulo “Transformação”, no ponto 5.4.1.1. Matriz de Transição, os valores apresentados não são de fácil leitura, porquanto, os totais gerais deverão ser melhor explanados, bem como, o resultado das colunas “Total Geral” não correspondendo à soma das colunas que discriminam as ocupações do solo;	O quadro foi simplificado com o objetivo de facilitar a leitura.	Considerado.
21		e) No documento “Sumário Executivo”, no capítulo “Programa de Execução e Governança”, subcapítulo “7.3. Monitorização da Execução do PRGP-MOBA”, sugerimos a inclusão dos seguintes indicadores, no quadro 10, na área temática Agrícola: “Número de Novos Jovens Agricultores Instalados”, e a “Área de Regadio Beneficiada (ha)”. Na área temática Valorização do Capital Natural e Serviços dos Ecossistemas incluir o indicador “Variação no fornecimento dos SE ligados às ocupações e atividades agrícolas”.	Os indicadores foram adicionado ao subcapítulo “7.3. Monitorização da Execução do PRGP-MOBA”, conforme assinalado.	Considerado
22	CIM Região de Coimbra	No desenvolvimento do trabalho realizado, a carta de ocupação do solo utilizada, foi a Carta de Ocupação do Solo de 2018, e apesar de fazerem referência que a cartografia de ocupação do solo está desatualizada face à realidade existente, ao fazer um planeamento de gestão desta área tendo esta carta como base, pode trazer incoerências nas decisões e nas medidas a tomar, assim, seria importante reforçar junto da Direção Geral do Território a necessidade de oficializar uma nova carta de ocupação de solo, possibilitando reverter neste documento os dados mais próximos da realidade atual;	Reiteramos a concordância com a preocupação demonstrada pela CIM RC relativamente a esta temática. Importa, dar nota que a COS’2018, cartografia oficial, é elaborada pela entidade promotora do PRGP a qual é sensível à preocupação apresentada, mas refira-se que a produção de uma nova carta de uso e ocupação do solo obedece a um conjunto de orientações que extravasa o âmbito do programa e é sujeita a um processo que não se coaduna com o horizonte temporal de elaboração deste PRGP. Conscientes destes condicionalismos foram tomadas medidas de mitigação tendo sido feito um levantamento, com recurso à reclassificação de imagens Sentinel 2, de identificação das espécies invasoras presentes na área de intervenção, resultado esse que se encontra explanado na proposta do programa (capítulo 5.1.3.1 Cartografia da Paisagem Atual); efetuaram-se várias visitas ao território, acompanhados pelos atores locais, com o objetivo de conhecer a realidade do mesmo.	-
23		Consideramos que os incêndios rurais têm uma grande importância para a nossa região, inclusive para este PRGP, e são uma das preocupações no que toca a segurança da nossa floresta e das nossas populações, assim, e de forma a ajudar na tomada de decisões ao nível da gestão florestal ou na definição de medidas a executar na área de intervenção deste PRGP ou até mesmo no aumento da resiliência da nossa floresta, deveria existir uma secção destinada à rede de defesa da floresta contra incêndios, na qual são identificadas todas as infraestruturas de defesa da floresta contra incêndios em mapas, quadros ou informações complementares;	A equipa compreende a preocupação demonstrada relativamente a esta temática, no entanto, entende-se que o detalhe solicitado não se enquadra no âmbito deste programa. De referir ainda que a rede de faixas de gestão de combustíveis, bem como, os pontos de abertura de incêndio são elementos escrutinados no relatório da proposta do programa e elementos que constituem a planta do desenho da paisagem. O PRGP tem como preocupação máxima a proposta de desenho de uma paisagem mais resiliente, mas este não é um plano de coordenação de resposta aos incêndios florestais (os planos municipais de defesa de floresta contra incêndios têm esse objetivo claramente definido). Os PRGP estão numa abordagem mais complementar, mas ampla e de fundo. A metodologia definida pela DGT	-

ID Questão	Entidade	Questão levantada pela entidade	Resultado da análise da DGT e alterações a efetuar	Resultado da concertação
			para a elaboração dos PRGP tem sempre presente que qualquer proposta a definir no desenho da nova paisagem olha pelo menos para estes três aspetos: aumenta a resiliência aos incêndios, maximiza os benefícios ambientais e promove maiores dinâmicas económicas, com os benefícios sociais que resultarão para as populações.	
24		Sendo o presente PRGP elaborado ao abrigo do Programa de Transformação da Paisagem, considera-se que, dado não existirem propostas de novas AIGP's, seria oportuno existir no documento uma referência às AIGP's sem financiamento que deveriam ser prioritárias para a obtenção de fontes de financiamento. Para além disto e à semelhança do exercício realizado para outros PRGP's, importa priorizar no documento algumas aldeias que deveriam ser, no mais curto espaço de tempo, abrangidas pelo Programa Condomínio Aldeia.	No quadro 53 é possível encontrar todas as AIGP's que constam do programa e que constituem as áreas prioritárias. No sentido de clarificar a questão identificada, acrescentou-se uma nota de rodapé que identifica as AIGP's sem financiamento, à data. Este levantamento tem uma linha de pensamento que coincide com o comentário aqui feito. Não vale a pena propor novas AIGPS se o território já foi capaz de gerar dinâmicas que devem ser consideradas em novas etapas de financiamento. Acresce ainda que concordamos com todas as AIGP's que se candidataram, porque elas representam uma diversidade de contextos muito interessante. No quadro 22 foram incluídos os aglomerados populacionais que devem integrar os projetos de condomínio de aldeia com a devida priorização.	Considerado.
25		Relativamente ao município de Miranda do Corvo, foi detetada a ausência de alguma informação considerada essencial. Assim, sugere-se a integração dos elementos abaixo indicados devendo a sua integração, em caso de consideração, ser transversal aos restantes municípios que integram o PRGP.		
26		Linhas de água	Compreendemos a questão que é levantada, porém, a análise no documento é realizada à escala supramunicipal, conforme âmbito do programa.	-
27		Rede viária mais importante	Compreendemos a questão que é levantada, porém, a análise no documento é realizada à escala supramunicipal, conforme âmbito do programa. Porém, importa dar nota que as vias nacionais e regionais identificadas no quadro remetido encontram-se elencadas no Relatório de Diagnóstico prospetivo, na página 293 a 296.	-
28		Recursos turísticos	No que se refere a esta temática procedeu-se à inclusão dos elementos identificados porque se considera não a questão da escala mas as bases de dados consultadas que poderão ser mais ou menos exaustivas e estarem mais ou menos desatualizadas. Os elementos foram incluídos no ponto 2.6.2.3.1 do Relatório de Diagnóstico Prospetivo.	Considerado.
28		Património arqueológico	Os elementos assinalados encontram-se identificados no quadro 26 (Património arqueológico da área de intervenção do PRGP – MOBA) do Relatório de Diagnóstico Prospetivo.	-
29		Produtos certificados	O mel da Serra da Lousã encontra-se identificado como DOP no quadro 86: Produtos IGP, DOP e outros produtos de relevância existentes nos concelhos abrangidos pelo PRGP – MOBA do Relatório de Diagnóstico Prospetivo. A Olaria do Carapinhal (ainda em processo de certificação) foi incluída nos outros produtos de relevância, constantes do quadro supramencionado.	Considerado.
30		Património religioso	Na página 123 do Relatório de Diagnóstico Prospetivo encontram-se identificados os elementos de Património classificado da área de intervenção do PRGP – MOBA, nomeadamente o Santuário do Divino Salvador da Serra, o Mosteiro de Santa Maria de Semide. As igrejas matrizes e as capelas identificadas não são apresentadas uma vez que não se encontram classificadas pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).	-
31		Património paisagístico	Os elementos foram incluídos no ponto 2.2.1 do Relatório de Diagnóstico Prospetivo.	Considerado.
32		Rede Natura Serra da Lousã: habitats dos constantes do anexo do Decreto-Lei n.º 49/2005;	Os elementos constam do Quadro 21: Habitats Naturais e Seminaturais da ZEC Serra da Lousã constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro do Relatório de Diagnóstico Prospetivo.	-

ID Questão	Entidade	Questão levantada pela entidade	Resultado da análise da DGT e alterações a efetuar	Resultado da concertação
33		Rede Natura Serra da Lousã: espécies de fauna.	Os elementos foram incluídos no ponto 2.2.1 do Relatório de Diagnóstico Prospetivo	Considerado.
34	CM Vila Nova de Poiares	5.3.1.1. – Avaliação económica dos Serviços dos Ecossistemas: estimativa do valor económico total. Na página 281 do relatório, a informação no quadro 36 deve ser revista. No concelho de Vila Nova de Poiares não existem quaisquer aerogeradores.	A informação foi revista.	Considerado.
35	APA	IV. Relatório do Programa – Recursos hídricos No quadro 21 da página 177 do presente documento e apesar de se concordar com os pontos relacionados com a área temática «Água» considera-se importante esclarecer até que nível ou escala são consideradas as linhas de água a interencionar. Quando se lê «todas as linhas de água...» são consideradas todas as que se encontram representadas na carta Militar 1/25000, todas as que têm água corrente de forma permanente ou um misto das duas situações anteriores com base em conhecimento local? É importante que a grandeza da intervenção esteja perfeitamente balizada para o que a componente financeira possa ser corretamente calculada.	Esclarece-se que as linhas de água apresentadas no presente programa partiram da rede hidrográfica mais detalhada disponibilizada pela APA, à qual foi aplicado um trabalho de análise e amplificação da mesma com recurso à Carta Militar. Foi ainda considerado quer o conhecimento que a equipa tem da área de intervenção, quer dos próprios atores locais assim como o trabalho de campo realizado no âmbito das boas práticas presentes no território.	-
36		No mesmo quadro, quanto à valorização das cabeceiras de linhas de água consideramos importante que o conceito valorize e integre também o conceito de cabeceiras de bacia hidrográfica. Desta forma o novo desenho da paisagem, ao longo do tempo, poderá contribuir para uma harmonização no que se refere à ocupação do solo a uma das tipologias consideradas para Reserva Ecológica Nacional. Pode a equipa equacionar estudar a aplicação das metodologias utilizadas para a delimitação desta tipologia REN ao território do presente PRGP para testar o desenho das áreas de cabeceira e a sua aderência a este território.	As cabeceiras de bacia hidrográfica foram um dos conceitos que a equipa que formulou a proposta de desenho da paisagem teve em consideração, ainda que tal não seja explícito no documento do relatório do programa. Com efeito, as linhas de fecho, as cabeceiras das bacias hidrográficas, as áreas planas, côncavas e convexas adjacentes às linhas de água foram informação considerada fundamental, não só no desenho da paisagem mas também nas macroestruturas da paisagem.	-
37		Existem no entanto pontos que podem merecer maior atenção, nomeadamente na representação gráfica das peças desenhadas do programa. Nos diversos cartogramas apresentados a escolha das tramas, cores e simbologia nem sempre facilita a leitura e interpretação. Estas peças devem constituir-se como verdadeira ferramentas do programa facilitando a sua leitura e interpretação o que nem sempre se verifica. Além do trabalho de melhoria nas 3 vertentes já identificadas (tramas, cores e simbologia) deve ser garantido que todos os elementos representados no mapa tem a correspondente representação na legenda e que um elemento representado num cartograma deve manter as suas propriedades de representação (simbologia, trama ou cor) em todos os outros onde esteja representado tornando mais fácil a interpretação. Os cartogramas devem também ser representados a uma escala onde a sua leitura seja cómoda e eficaz. A existência de uma escala de referência não deve impedir que possa haver um desdobramento de um cartograma em dois ou três por forma a garantir uma adequada leitura ao utilizador final. As sobreposições de muitos elementos em alguns cartogramas leva a uma difícil e muitas vezes incorreta interpretação do mesmo.	Na fase de consulta pública a DGT disponibilizará informação relevante no geoservidor, o que permitirá a sua manipulação e adequação à análise que se pretende efetuar.	-